

Neofascismo miliciano e neoliberalismo



Por **LUIZ MARQUES***

A luta contra o neofascismo miliciano é indissociável da luta contra o neoliberalismo

Em meados dos anos 1990, a discussão sobre se o governo Fernando Henrique Cardoso tinha inclinação “neoliberal” encontrou resistência em setores da esquerda. O “respeito às instituições da República” e ao “sistema das regras do jogo”, na aceção do filósofo e jurista Norberto Bobbio, faziam com que parcela da oposição recusasse a pecha desabonadora.

O debate importava para a definição do padrão de enfrentamento à governança do presidente que se apresentava de centro-esquerda. “Terceira via”, na expressão cunhada pelo sociólogo Anthony Giddens. O ilusionismo convenceu quem quis ser convencido, embora as afinidades tucanas indicassem o evidente alinhamento ao atavismo do atraso, que se apresentava com a fina roupagem da neomodernidade para reencantar os desencantados.

A confusão conceitual se explicava. A Constituição Federal (1988), tida como “cidadã” por Ulysses Guimarães, contemplara direitos sociais na contramão das proféticas administrações de Ronald Reagan (Estados Unidos) e Margaret Thatcher (Inglaterra). Ademais, o Consenso de Washington (1989), que elencar aos dez pontos virulentos aplaudidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, era uma doença ainda assintomática.

Não se tinha números comparativos entre os países que começavam a adotar o modelo assentado no ideário manchesteriano. Soava prematura a avaliação sobre o salto, das teorias esboçadas no Colóquio Walter Lippmann (1938) e na Sociedade de Mont-Pèlerin (1947), para o cerne das políticas econômicas das nações dispostas a implementar o receituário de Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises e Milton Friedman: o núcleo duro do *laissez-faire*.

Ideias em favor do livre mercado

A obra de Hayek (*O Caminho da Servidão*, Ed. LVM), traduzida para o português, esteve relegada à “crítica roedora dos ratos” durante duas décadas. Refloresceu com a criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES, 1961), com apoio de Eugênio Gudin, que trazia no currículo a redação do Projeto de Lei que instituiu o curso de Economia no Brasil, e do empresário farmacêutico, ativo e bem relacionado, Paulo Ayres F°. Ambos, partícipes da articulação do golpe civil-militar, de triste memória. O vetusto Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF, 1949) e a jovem Sociedade Convívio (1962) ampararam as atividades promovidas pelo IPES, que obteve do ditador não-intervencionista, marechal Humberto Castello Branco, o galardão de “órgão de utilidade pública”. Verdadeira ação entre amigos.

Tinha início a circulação das ideias em favor do livre-mercado, que de forma incipiente penetrava as Forças Armadas. No entanto, os militares que sucederam Castello aplicaram uma cartilha econômica nacionalista e desenvolvimentista, oposta ao apregoado pelos adeptos do absolutismo do mercado e, igualmente, contrária aos trabalhadores. Nos anos subsequentes, se incrementou na educação básica temas relacionados à moral e cívica, aos valores religiosos e à exaltação da pátria. No Segundo Grau e no Ensino Superior, através da disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros (EPB), o eixo doutrinário recaía sobre o anticomunismo. Os que, com cara de pau, postulam o retorno aos anos de chumbo com a bandeira da Escola Sem Partido, esqueceram o que houve no verão passado. Não à toa, o direitismo aparenta ser um grave desvio de caráter. Pelo cinismo e descaramento. Os docentes recrutados de EPB provinham de um convênio estabelecido com as Universidades.

O conteúdo dos antigos cursos foi reunido pelo padre Domingos Crippa (*As Ideias Filosóficas no Brasil*, 1978; *As Ideias Políticas no Brasil*, 1979). Escritos que desdobravam títulos do historiador Paulo Mercadante (*A Consciência Conservadora no Brasil*, 1965) e do ex-militante do PCB Antônio Paim (*História das Ideias Filosóficas no Brasil*, 1967). Imerso no fervilhante caldeirão letrado, o ex-ideólogo da Ação Integralista Brasileira, Miguel Reale, assumiu a reitoria da Universidade de São Paulo (USP) após o famigerado AI-5, ficando no cargo até 1973. A metade da década de 1970, assim, sinalizou a rápida transição do liberalismo filosófico, de Voltaire, para o neoliberalismo da plêiade de Mont-Pèlerin.

Henry Maksoud se incumbiu da difusão dos mentores pró-mercado para fora do circuito elitista por via da revista *Visão* que, de 1983 a 1986, teve a estupenda tiragem de 150 mil exemplares. Uma façanha. Nela, saíram matérias sobre Mises e entrevistas de Friedman e Hayek. Ao proprietário dos Hotéis Maksoud coube o financiamento da publicação de *Os Fundamentos da Liberdade*, do pensador austríaco que veio ao país três vezes entre 1977 e 1981. Conquanto “o neoliberalismo pode impor-se como governabilidade, sem ser a ideologia dominante”, consentâneo Wendy Brown em *Les Habits Neufs de la Politique Mondiale* (Ed. Les Praires), – os neoliberais, inclusive nas adversidades, sempre souberam a importância da *intelligentsia* para a configuração de uma hegemonia duradoura e sólida. Transmitiram a lição aos adversários e inimigos. Dono do BTG Pactual, o banqueiro André Esteves segue a trilha para sustentar o insustentável clã corrupto na *Veja*. Agora, como farsa.

Os porta-vozes da burguesia nacional

Nas famosas greves do ABC paulista, nas quais despontou a liderança de um conhecido metalúrgico, oito líderes empresariais se juntaram em um manifesto político que inaugurou a campanha neoliberal contra a estatização. Exigiam a aceleração da volta à democracia, a abertura dos mercados e a redução do papel do Estado na economia. Assinavam o incisivo documento Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), Paulo Villares (Grupo Villares) e Antônio Ermírio de Moraes (Votorantim). Os signatários constavam na seleta dezena dos empresários escolhidos, pelo voto dos pares, como representativos da classe alta sondada pela *Gazeta Mercantil*. Eram porta-vozes autorizados da burguesia nacional. Olha ela aí.

Somaram-se, a estes, os intelectuais orgânicos que voltavam de uma pós-graduação na Universidade de Chicago, tipo Paulo Rabello de Castro, autor do estatuto de uma entidade impulsionadora das reformas neoliberalizantes, a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES, 1979), abrigada no “templo do conservadorismo nacional”, a Sociedade Rural Brasileira. Enquanto a esquerda lutava pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, a direita urdia o Mercado Amplo, Geral e Irrestrito. Uns batalhavam pela tardia liberdade política dos exilados, outros preparavam o caminho da liberdade econômica, codinome alegórico da moderna dominação do capital. O objetivo da CEDES era mostrar as incríveis virtudes do neoliberalismo, que seria a ponte para o “desenvolvimento social”. A panaceia aos males.

O Instituto Liberal (IL/RJ) data de 1983. Em 1984, os irmãos Ling que eram membros de seu Conselho decidiram fundar o Instituto de Estudos Empresariais (IEE/RS), na terra em que moravam, para incidir na mentalidade dos herdeiros das grandes empresas gaúchas. Em 1987, surgiu o IL/SP que imantou egressos de agremiações similares em prol do capitalismo de livre mercado. Em 1988, com novenas anuais, criou-se o Fórum da Liberdade em Porto Alegre. A rigor, mais um *networking* de CEOs do que um centro de formação de lideranças. Na sequência, veio à luz com Denis Rosenfield, Gustavo Franco, Paulo Guedes *et alli* – o Instituto Millenium (Imil, 2005), respaldado pelas Organizações Globo, Grupo Abril, Grupo Ultra e outros cifrões. O Instituto Mises Brasil (IMB, 2007), presidido por Hélio Beltrão, foi classificado pela *Forbes* como o *think tank* mais influente, com 280 mil seguidores no Facebook, 110 mil no Instagram e 44 mil no Twitter. São dados expressivos. Sinal amarelo.

Recursos não faltaram à distribuição de livros, revistas, textos curtos sobre tópicos (*position papers*) de questões com visibilidade midiática para formar os “formadores de opinião”. Acervo que para os repórteres econômicos constitui a fonte de consulta sobre os humores do deus-dinheiro. A “imprensa financeira” garante um verniz ao sequestro do Estado, que abdica das obrigações para com a cidadania e a sociabilidade. A formidável potência da narrativa empresarial, construída, está em enfeixar as pontas soltas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e a condicionar a existência social em poucas pílulas tecnocráticas.

Neoliberalismo como ímã da direita

A desgastada tônica anticomunista deu lugar ao antipatrimonialismo, mais adequado ao programa de privatizações a preços de liquidação. (Pobres Sérgio Buarque de Holanda e Raimundo Faoro). Os anos 1980 marcaram também o declínio do conservadorismo católico alicerçado na Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). O discurso contra o “perigo vermelho” caducara. Já a perseguição à Teologia da Libertação, pelo Vaticano, ajudou a cimentar as igrejas evangélicas nas periferias. Na política e na religião, os vazios não perduram. O conservadorismo sobrando do forte vendaval produziu bizarrices medievais, da moral e dos bons costumes, de que o Palácio do Planalto está cheio. Por suposto, devem ser levadas em consideração, interpelam multidões de robotizados.

O pensamento neoliberal tornou-se um ímã imbatível para atrair os cortejos à direita e lapidar os quadros espadachins da exploração, na fase da superexploração. O economicismo sindical das associações, federações e respectivas confederações do empresariado foi complementado pelos *think thanks*. Os partidos (PFL/DEM, PSDB) não bastam para as tarefas de formação pela excessiva regionalização das siglas. As fundações partidárias tentam superar a fragmentação, mas esbarram nos notáveis nas localidades. Vida severina.

O neoliberalismo fixou um paradigma ideológico para as relações entre o mercado(a iniciativa privada) e o Estado. Priorizou a liberdade incrustada na primeira e, os limites, que restringem o alcance do segundo para que não interfira na dinâmica de acumulação capitalista. Nesta moldura, ocorreu a guinada civilizacional que transcendeu os aspectos econômicos e sociais, por alterarem radicalmente as relações de trabalho na sociedade pós-industrial e a subjetivação do *modus operandi* dos neossujeitos. Nenhum pino restou de pé.

A propósito, ver Pierre Dardot e Christian Laval em *A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal* (Ed. Boitempo). Tratou-se de uma revolução sem barricadas. Uma revolução econômico-cultural. A esquerda demorou para perceber em toda dimensão: “A demonização do social e do político por parte da governabilidade neoliberal, e a valorização da moralidade tradicional e dos mercados como seus substitutos. Não reconheceu (de imediato) a desintegração da sociedade e o descrédito do bem público pela razão neoliberal”, salienta Wendy Brown em *Nas Ruínas do Neoliberalismo - a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente* (Ed. Politeia). Não era só a economia, estúpido.

Para vencer a distopia neoliberal

O neoliberalismo redefiniu a função do Estado, deixando para trás as combalidas atribuições de regulador das relações sociais, nascidas das Revoluções liberais clássicas (Inglesa / 1649, Americana / 1776, Francesa / 1789). Eclipsou o espaço social, reduzindo a sociedade a um cercadinho. Para recordar a fórmula lapidar da “dama de ferro”, aqui vai: “*There is no such thing as society. There are men, there are women and there are families / A sociedade não existe. Existem homens, existem mulheres e existem famílias*”. Eis tudo. A desobediência civil thoreauiana às orientações das autoridades sanitárias resultaram, em simultâneo, do negacionismo de governantes neofascistas e da erosão dos espaços de sociabilidade, não necessariamente na ordem. As noções de coletividade e de bem público foram corroídas.

A falência civilizatória deveu-se à ocupação do Estado e seus instrumentos convencionais de regulação pelos poderosos interesses ligados às finanças. A alma da democracia, que se traduz no “direito a ter direitos”, desceu pelo ralo. O governo virou um adereço estético de normas procedimentais formais, sem materialidade. A política, criminalizada e silenciada, perdeu o contato com as demandas do povo. Converteu-se em balcão de negócios escusos. A Carta Magna, violada e subtraída, foi posta à venda. Os guardiões de toga mostraram-se impotentes. Acovardados, assistiram de longe a boiada pisar sobre as etnias indígenas, o garimpo provocar desmatamentos, a floresta pegar fogo e a biodiversidade ser destruída.

O absurdo conjuntural transformou-se no normal no interior da anormalidade histórica. Os mortos da Covid-19, do desemprego, da fome andam pelas ruas. Um mentiroso compulsivo faz *lives*. O “politicamente correto” é esgrimido para transferir responsabilidades pelo ódio, pelo racismo e pelo feminicídio que aparecem nas estatísticas alavancadas, justo, pela contenção da linguagem que humilha. Canalhas juram que o PT pariu um monstro, ocultando o voto dado ao admirador iliberal de covardes torturadores. A esperança agarra-se em fiapos. Sonhos amanhecem como pesadelos. A altivez cede ao complexo de vira-lata, ao paroxismo, à outra margem da civilidade. Os tambores do Olodum estão presos ao espanto. O Brasil ganha o troféu de repelente pária internacional. A distopia de Ignácio de Loyola Brandão, em *Não Verás*

País Nenhum (Ed. Global), enfim, confunde-se com a realidade.

A luta contra o neofascismo miliciano é indissociável da luta contra o neoliberalismo. O vetor capaz de unificar o combate é o resgate do valor supremo da sociedade: o *comum*. Na perspectiva de qualquer indivíduo porque todas e todos são portadores de direitos. A utopia é a janela dos sem grife, das zonas libertas do confinamento nas cidades, dos resultados que compensam as oportunidades desiguais, do feijão em troca do fuzil. Como na canção de Lennon, *Imagine*. Compreende-se o aceno ao respiradouro de 2022. “Sem dúvida, a opção política confere ares de tragédia à trajetória da nova direita brasileira. Porém, novas escolhas podem ser feitas, e o futuro permanece em aberto”, sublinha Camila Rocha, em *Menos Marx, Mais Mises* (Ed. Todavia), de cujas informações se beneficiou a presente reflexão.

***Luiz Marques** é professor de ciência política na UFRGS. Foi secretário estadual de cultura do Rio Grande do Sul no governo Olívio Dutra.